

DAS INFLUÊNCIAS AOS TEXTOS: A RECONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE

FROM INFLUENCE TO POLICY TEXTS: THE RECONFIGURATION OF CONTINUING TEACHER EDUCATION POLICIES IN THE PORTO ALEGRE MUNICIPAL SCHOOL SYSTEM

Filipe Ribas de Aguiar¹
Rafael Lima Magalhães²
Elisandro Schultz Wittizorecki³

RESUMO: Este artigo analisa como as redes de influência das políticas educacionais da atual gestão da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (2025-2026) se articulam à produção de textos que reconfiguram as políticas de formação continuada de professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. A pesquisa documental concentra-se no período entre 2025 e 2026 e mobiliza a abordagem do ciclo de políticas, com ênfase nos contextos de influência e de produção de textos. Foram analisados documentos legais e institucionais, pronunciamentos públicos, redes sociais e matérias jornalísticas. No contexto de influência, identificamos atores públicos, organizações do terceiro setor, *think tanks* e movimentos de *advocacy* associados a concepções de eficiência, inovação, profissionalização, evidências e gestão por resultados. No contexto de produção de textos, essas concepções são recontextualizadas em iniciativas como a GEDUC, a EFCE e o PROFORCE. As análises indicam a passagem de uma dispersão das responsabilidades formativas para uma recentralização institucional da formação continuada. Concluimos que essa retomada combina investimentos em qualificação profissional com mecanismos gerenciais de responsabilização, intensificação e regulação do trabalho docente.

Palavras-chave: Formação continuada. Nova Gestão Pública. Ciclo de políticas. Trabalho docente. Políticas educacionais.

¹ Professor de Educação Física da RMEPOA; Mestre em Educação; Doutorando do Programa de Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFRGS.

² Professor de Educação Física; Mestre e Doutorando do Programa de Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFRGS.

³ Doutor e Professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFRGS.

ABSTRACT: This article analyzes how the networks of influence shaping educational policies under the current administration of the Porto Alegre Municipal Department of Education (2025-2026) are articulated with the production of policy texts that reconfigure continuing teacher education policies in the Porto Alegre Municipal School System. The documentary research focuses on the period between 2025 and 2026 and draws on the policy cycle approach, with emphasis on the contexts of influence and policy text production. Legal and institutional documents, public statements, social media posts, and news reports were analyzed. In the context of influence, we identified public actors, third-sector organizations, *think tanks*, and advocacy movements associated with notions of efficiency, innovation, professionalization, evidence, and results-based management. In the context of policy text production, these notions are recontextualized in initiatives such as GEDUC, EFCE, and PROFORCE. The analysis indicates a shift from the dispersion of responsibilities for continuing education toward its institutional recentralization. We conclude that this renewed emphasis combines investments in professional development with managerial mechanisms of accountability, intensification, and regulation of teachers' work.

Keywords: Continuing teacher education. New Public Management. Policy cycle. Teachers' work. Educational policies.

INTRODUÇÃO

2

A Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RMEPOA) apresenta-se como campo relevante de estudos acerca das relações entre reformas educacionais gerencialistas e o trabalho docente. Desde a redemocratização do Estado brasileiro em 1988, a rede foi atravessada por projetos político-educacionais de matrizes ideológicas distintas. Entre 1989 e 2004, desenvolveu-se o reconhecido projeto da Escola Cidadã, fundamentado em uma concepção progressista e contra-hegemônica de educação e sustentado politicamente pela Administração Popular⁴ (AZEVEDO, 2007; 2010). A partir de 2005, contudo, consolidou-se no governo municipal uma articulação de grupos e partidos políticos de um espectro de centro-direita à extrema-direita. Esta articulação, vêm, desde então, implementado reformas gerencialistas na gestão pública municipal, com efeitos significativos sobre a educação (SANTOS; MOREIRA; GANDIN, 2020; DALMASO-JUNQUEIRA; AGUIAR, 2025).

⁴ Administração Popular era como se identificava a aliança de partidos políticos de esquerda, liderados pelo Partido dos Trabalhadores, a qual governou o município de Porto Alegre de 1990 à 2004.

A situação de Porto Alegre insere-se em um contexto macrosocial mais amplo. Nas últimas décadas, a educação na América Latina tem sido atravessada pela expansão da Nova Gestão Pública, por meio de reformas que ampliam a presença de valores, mecanismos e modos de regulação mercadológicos na administração do Estado (OLIVEIRA, 2015; PEREIRA; MARQUES; LIMA, 2025). Como parte deste movimento, a formação continuada de professores/as tem sido disputada, reconfigurada, ressignificada e direcionada de acordo com os interesses e concepções dos diferentes projetos de educação pública (CÓSSIO, 2018; FARFÁN; DINIZ-PEREIRA, 2023).

Diante desse cenário, o presente artigo tem o objetivo de analisar como redes de influência das políticas educacionais da atual gestão da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) se articulam à produção de textos que reconfiguram as políticas de formação continuada de professores da Rede Municipal de Ensino. Para tanto, concentraremos a análise das políticas desenvolvidas nos anos de 2025 e 2026, período da atual gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), em que atual gestão tem sido administrada por coalizões identificadas com ideologias neoliberais e neoconservadoras, as quais têm tem concentrado esforços em reformas educacionais na RMEPOA.

Como procedimento metodológico, realizamos uma análise documental que verificou relatórios institucionais, matérias jornalísticas e declarações oficiais publicadas em redes sociais e sites institucionais. Estes materiais foram examinados em articulação com uma revisão da literatura acadêmica sobre as políticas educacionais de formação continuada na RMEPOA.

Como lentes teórico-metodológicas de análise, mobilizamos o ciclo de políticas (BOWE; BALL; GOLD, 1992). O ciclo de políticas, possibilita examinar os processos pelos quais essas políticas são formuladas, escritas, interpretadas e recontextualizadas, identificando os atores envolvidos, as disputas em torno de seus significados e seus efeitos. Neste trabalho apresentaremos como as redes de influências das políticas recaem sobre a produção de textos na RMEPOA.

Neste artigo, defendemos que as reformas educacionais gerencialistas vêm deslocando a formação continuada da RMEPOA em direção a uma lógica gerencial que promove iniciativas descontextualizadas, com foco em capacitação e instrumentalização, em grande parte orientadas por critérios mercadológicos de eficiência e resultados. Esse movimento ocorre por meio de

dinâmicas de profissionalização que estimulam a desqualificação, a intensificação, a responsabilização e a performatividade docentes.

O caminho para a discussão neste artigo será composta pelo debate de três objetivos específicos: a) identificar os principais atores, organizações, redes e ideologias políticas que constituem o contexto de influência da atual gestão da SMED de Porto Alegre; b) analisar os textos oficiais, programas e dispositivos produzidos pela atual gestão relacionados às políticas de formação continuada de professores; c) examinar as articulações entre o contexto de influência e o contexto de produção de textos, identificando como as concepções de gestão sobre profissionalização e formação docente são incorporadas as políticas de formação continuada.

Nova gestão pública e ciclo de políticas

O ciclo de políticas vem colaborar como referencial analítico do conjunto de documentos coletados pela pesquisa. Neste sentido podemos complexificar as políticas públicas, mostrando os diferentes agentes que têm papéis importantes na sua elaboração e implantação. A abordagem do ciclo de políticas indica a necessidade de se articularem os processos macrossocial e microssocial na análise de políticas educacionais. É importante perceber o desenvolvimento de uma política de Estado enquanto um processo que sofre diversas interferências e disputas.

4

O ciclo de políticas é constituído por três contextos inter-relacionados e que não possuem “dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares” (MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011, p. 157), sendo: O contexto de influência, o contexto de produção e o contexto da prática (BOWE; BALL; GOLD, 1992). Neste artigo, nos concentraremos nos contextos de influência e de produção de textos, buscando compreender as relações estabelecidas entre as agendas que disputam as políticas educacionais e sua materialização nos textos produzidos pela gestão municipal.

O contexto de influência é onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. Nesse contexto percebem-se as disputas entre os interesses de grupos ideologizados, ou seja, as redes de relações que se formam a fim de pleitear e influenciar a definição das políticas educacionais de um governo. Estas redes integradas pelos grupos interessados em influenciar as políticas públicas da educação se formam dentro e em volta dos governos, dos partidos políticos e no processo legislativo (MAINARDES, 2006). Mainardes (2006, p. 51) ressalta que “é também nesse contexto que os conceitos adquirem

legitimidade e formam um discurso de base para a política”. Essas redes de disputas por influência nas políticas governamentais remetem aos processos de disputa por hegemonia nas lutas sociais, entre grupos que ora se articulam para defender seu viés ideológico da educação, ora se contradizem, disputando a todo momento a influência sobre as políticas educacionais de um governo.

As disputas por influência na determinação das políticas públicas se dão em diferentes âmbitos do Estado (MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011; LIMA, 2011). Além das arenas públicas formais, como parlamentos, organizações dos trabalhadores e secretarias de educação, as políticas educacionais também sofrem influências desde contextos globais, por meio de organizações não governamentais, organismos multilaterais, instituições financeiras e outros agentes interessados na formulação de soluções para a educação. Para Ball (2011), as políticas são constituídas por meio de negociações, contestações e lutas entre estes diferentes grupos, não apenas aqueles que compõem formalmente os governos.

A análise do contexto de influência nos provoca a buscar conceitos para compreender as articulações ideológicas dos grupos que buscam a hegemonia sobre as políticas educacionais. Neste processo, autores que vem estudando a RMEPOA nos últimos anos consideram o fortalecimento das políticas neoliberais e neoconservadoras enquanto produto da racionalidade gerencialista sobre as administrações públicas brasileiras (SANTOS, MOREIRA, GANDIN, 2020).

A racionalidade gerencialista emerge, portanto, como uma ideologia que atribui à gestão a capacidade de solucionar problemas sociais e institucionais. Segundo essa lógica, organizações distintas poderiam ser administradas por princípios semelhantes, independentemente de sua natureza pública ou privada. A figura do gerente é apresentada como agente da transformação, encarregado de definir objetivos, controlar recursos, avaliar resultados, mobilizar trabalhadores e responder às demandas dos consumidores. O léxico para propagandear os diferenciais valores gerencialistas é grande e conta com termos como eficiência, produtividade, flexibilidade, qualidade, competitividade, inovação e empreendedorismo. Estes termos passam a ocupar o centro do vocabulário das políticas públicas, deslocando, borrando e colocando em segundo plano as ideias de igualdade, universalidade, solidariedade, direitos humanos, direitos básicos, justiça social e responsabilidade.

A articulação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, por meio da reorganização de seus interesses e contradições vem sendo apresentada pelo grupo que John Clarke e Janet Newman (1997) passaram a chamar de Nova Direita. Enquanto o neoliberalismo enfatiza a eficiência, a competição e a redução do papel do estado, o neoconservadorismo reforça valores de responsabilidade individual, defende a rigidez dos costumes tradicionais das posições sociais e questiona formas de assistência social (CLARKE; NEWMAN, 1997). Mais do que um modelo de gestão, o gerencialismo é a racionalidade e pela qual as ideologias presentes na Nova Direita tomam materialidade para disputar o papel do Estado. Nesta disputa são redefinidas as funções das instituições públicas, a lógica do trabalho e a relação de direitos da classe trabalhadora com os serviços estatais. A maneira com que o gerencialismo se ancora ao senso comum como a “forma mais racional de gestão” reside na capacidade de apresentar decisões que são puramente políticas como a resolução de problemas meramente de gestão, escondendo todos os interesses, os valores e as relações de poder envolvidos nas reformas.

É nesse cenário que se consolida a noção de Nova Gestão Pública (NGP), compreendida como a expressão político-administrativa das reformas gerencialistas aprofundadas no contexto latino-americano. Se o gerencialismo fornece a ideologia e a racionalidade que legitimam a superioridade dos valores empresariais, a NGP reúne os instrumentos, modelos organizacionais e tecnologias por meio dos quais essa racionalidade é introduzida na administração estatal de países em desenvolvimento, como o Brasil e seus vizinhos.

6

No caso brasileiro, Dalila Andrade Oliveira (2015) e Cóssio (2018) localizam a materialização da reforma do Estado em 1995, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Nesse movimento, estratégias como privatização, publicização e terceirização passam a reorganizar as fronteiras entre Estado, mercado e sociedade civil. A educação, enquanto política social, passa a ser tratada como serviço não exclusivo do Estado, abrindo caminho para parcerias público-privadas, atuação de fundações, institutos, organismos multilaterais e empresas na definição de políticas educacionais. É nesse cenário que a formação de professores também passa a ser disputada por atores externos à escola e às redes públicas de ensino.

No campo educacional, esses mecanismos introduzem novas formas de regulação, vinculadas à produção de indicadores, mensuração e responsabilização. Como observado por Stephen Ball (2010; 2011), docentes passam a ser convocados a demonstrar eficiência, produzir

evidências, alcançar metas e justificar sua prática a partir de padrões definidos externamente às redes de ensino, como no caso deste estudo, municipais.

Victor Fáfán e Júlio Diniz-Pereira (2023) analisam esse processo na América Latina, argumentando que estamos diante de um novo ciclo de privatização da educação, não necessariamente pela transferência direta das instituições públicas ao setor privado, mas por formas mais sofisticadas. Para os autores, a NGP promove concepções de qualidade relacionadas ao controle, à padronização e à homogeneização dos currículos e das metodologias.

Iana Lima (2011), ao analisar programas de intervenção pedagógica no Rio Grande do Sul, demonstra que a adoção de propostas padronizadas provenientes de agentes externos pode produzir processos simultâneos de desqualificação e requalificação do trabalho docente. A separação entre concepção e execução reduz a autonomia sobre as dimensões intelectuais do trabalho, ao mesmo tempo em que demanda novas capacidades de aplicação, registro e gerenciamento.

Para compreender a formação continuada em contextos gerencialistas é preciso perceber que as políticas de formação por vezes se apresentam como valorização do trabalho docente, porém podem vir a operar como dispositivos de requalificação. Em modelos de formação padronizados e orientados por métodos ou interesses políticos externos, professores podem ser capacitados para a aplicação de determinados materiais, utilização de tecnologias, produção de evidências e ajuste de suas práticas aos objetivos estratégicos de metas e testes de larga escala. Trata-se de uma lógica de formação que não necessariamente amplia a autonomia docente ou age sobre problemas locais das comunidades escolares, mas redefine quais habilidades passam a ser valorizadas de uma perspectiva global. Nesse processo, fortalecem-se capacidades de execução, monitoramento e prestação de contas em detrimento da reflexão crítica, da construção coletiva do currículo e da leitura da realidade escolar.

Entretanto, a contradição das reformas gerencialistas é que esses processos de controle, tecnização e intensificação são frequentemente apresentados como valorização e profissionalização, em uma dinâmica que Apple (1995) considerou equivocada. É possível considerar esta a grande armadilha do gerencialismo, o qual tanto se ancora ao senso comum como uma prática razoável: utilizar os discursos de que o tecnicismo, a padronização e a mensurabilidade são sinais de profissionalismo, o que poderia fortalecer a profissão docente.

Autores defendem, entretanto, que estes mecanismos funcionam como tecnologias de controle e subordinação (BALL, 2011; GANDIN; APPLE, 2017).

É a partir deste embasamento teórico que buscamos compreender a atual configuração das políticas de formação continuada na RMEPOA. Estudos anteriores já identificaram o aprofundamento de mecanismos gerencialistas relacionados à responsabilização, à intensificação e ao controle do trabalho docente na rede (AGUIAR, 2019; SANTOS; MOREIRA; GANDIN, 2020). Olhando agora para o cenário mais recente, interessa-nos compreender como essas racionalidades se articulam às redes de influência que circundam a gestão atual da SMED e como seus princípios são recontextualizados nos textos que vêm reformulando as políticas de formação continuada da Rede.

Procedimentos metodológicos

A análise documental foi o procedimento metodológico utilizado para a compreensão dos contextos de influência e de produção de textos do ciclo de políticas. O recorte temporal da pesquisa concentrou-se no período entre janeiro de 2025 e setembro de 2026, correspondente à atual gestão da SMED, recorrendo a documentos anteriores quando necessários à contextualização das reformas e das políticas analisadas. As buscas e a análise dos documentos foram orientadas pela abordagem do ciclo de políticas (BOWE; BALL; GOLD, 1992), com atenção aos contextos de influência e de produção de textos. No contexto de influência, buscamos identificar atores, organizações, redes de relações e discursos que disputam as políticas educacionais da atual gestão da SMED. No contexto de produção de textos, analisamos como ideologias e interesses presentes nessas redes são apresentados em documentos relacionados às políticas de formação continuada.

É relevante apresentar as maneiras pelas quais os textos analisados foram buscados e selecionados. A posição de um dos autores como pesquisador-professor da RMEPOA possibilitou vivenciar, desde o interior da escola, a chegada e a circulação de parte das políticas educacionais analisadas. Assim, o fio condutor inicial da busca documental partiu do conhecimento prévio daqueles textos e políticas que se mostravam mais relevantes para o objeto da investigação. A partir desses documentos-base, ampliamos as buscas por meio de referências presentes nos próprios textos, de notícias publicadas nos canais oficiais da PMPA e da SMED,

de publicações em redes sociais institucionais e de gestores públicos e de matérias jornalísticas relacionadas às políticas identificadas.

O conjunto de materiais analisados foi constituído considerando sua pertinência ao objeto da pesquisa, seu período de circulação e os atores envolvidos em sua produção e divulgação. Foram consultados textos oficiais de caráter legal, normativo e político, como leis, projetos de lei, decretos, e portarias, além de pronunciamentos de representantes das gestões municipais, especialmente secretários de educação, organizações parceiras e entidades representativas dos trabalhadores. Também foram consideradas campanhas institucionais, publicações em redes sociais e manifestações divulgadas em veículos de imprensa, por compreendermos que esses materiais participam das disputas pela construção dos sentidos das políticas educacionais.

O conjunto de materiais analisados foi constituído considerando sua pertinência ao objeto da pesquisa, seu período de circulação e os atores envolvidos em sua produção. Foram consultados textos oficiais de caráter legal, normativo e político, como leis, projetos de lei, decretos, portarias e normativas, além de pronunciamentos institucionais da PMPA e de entidades representativas dos trabalhadores. Nas proposições legislativas, suas justificativas foram consideradas especialmente relevantes para identificar os problemas, argumentos e soluções mobilizados pela gestão. Também foram consideradas campanhas institucionais, publicações em redes sociais e manifestações divulgadas em veículos de imprensa. As publicações nos perfis públicos de gestores, em especial do atual secretário municipal de Educação, foram utilizadas para identificar articulações institucionais, circulação em redes políticas e formas de apresentação pública das políticas.

Os diferentes materiais foram considerados em suas particularidades relacionadas a seu peso jurídico e prático no contexto das políticas. Leis, decretos e portarias foram compreendidos como textos oficiais com capacidade de regulamentação das políticas, enquanto os pronunciamentos, as matérias jornalísticas e publicações em redes sociais foram utilizados principalmente para compreender a construção dos discursos e as relações entre atores das políticas analisadas. Essa distinção permitiu relacionar diferentes tipos de textos sem desconsiderar as funções que ocupam nos contextos de influência e de produção de textos.

Como destaca Moreira (2017), embora os textos das políticas educacionais sejam interpretados e ressignificados nos cotidianos escolares, eles constituem orientações oficiais que

balizam o contexto da prática e participam da produção de seus efeitos. Assim, a análise não se restringiu à descrição do conteúdo dos documentos, mas procurou identificar as concepções, os problemas, as soluções, os sujeitos e as responsabilidades construídos nos textos, bem como suas convergências, deslocamentos e contradições. Buscou-se, especialmente, colocar em relação os dois contextos analisados, identificando aproximações entre os interesses e atores presentes nas redes de influência da atual gestão da SMED e sua recontextualização nos textos que vêm reformulando as políticas de formação continuada da RMEPOA.

Contexto de influência

Entre 2017 e 2020, assumiu a Prefeitura Municipal de Porto Alegre uma coalizão de partidos e grupos de direita, encabeçada pelo tradicional Partido da Social Democracia Brasileira. A gestão apresentou forte alinhamento a pautas empresariais, privatizações, terceirizações e redução dos gastos públicos. Isso aprofundou na administração municipal uma racionalidade gerencialista articulada a ideologias neoliberais e neoconservadoras. Um ponto particular e importante para a análise do contexto de influência foi a ligação da gestão ao Movimento Brasil Livre (MBL), ao qual estavam vinculados o prefeito, secretários e vereadores da bancada governista (GONZATTO, 2016; SPERB, 2017). Entre as propostas educacionais defendidas pelo movimento à época estavam a implementação de *vouchers*, a legalização do *homeschooling*, o projeto Escola sem Partido, a gestão privada de escolas públicas e a promoção da competitividade entre escolas por meio de métricas como o PISA (MBL, 2015). A partir desta influência marcadamente neoliberal, a gestão 2017-2020 iniciou um movimento de ruptura declarada com a organização escolar da RMEPOA, sustentando uma narrativa reformista baseada na suposta ineficiência da gestão pública e na relação entre os investimentos na remuneração docente e os resultados em avaliações padronizadas (Aguiar; Santos, 2018).

Este movimento encontrou resistências entre parlamentares, comunidades escolares e organizações representativas dos trabalhadores, produzindo greves, protestos e embates que elevaram o custo político das reformas (FRAGA, 2018; REINHOLZ; BRANDES, 2025). Ao final do período, a gestão encontrava-se fragilizada e ficou fora do segundo turno das eleições municipais de 2020. A coalizão que assumiu a prefeitura em 2021, manteve o campo político da direita no governo municipal, liderada pelo Movimento Democrático Brasileiro com o vice do Democratas, embora tenha adotado, num primeiro momento, uma condução menos conflitiva

com o magistério e buscado estabilizar a SMED após o intenso processo reformista anterior. Do ponto de vista político-pedagógico, entretanto, a gestão 2021-2024 não representou uma ruptura com a racionalidade gerencialista. A centralidade das avaliações de larga escala, a aquisição de materiais didáticos e equipamentos tecnológicos e a organização da política educacional por diagnósticos, metas e indicadores mantiveram a orientação da gestão por resultados (PORTO ALEGRE, 2021; LAMAS; BARTZ, 2024).

A condução da SMED durante o período, contudo, foi marcada por forte instabilidade interna à secretaria. Quatro secretários ocuparam a pasta entre 2021 e 2024. Sob a liderança de Janaína Audino, cuja trajetória profissional transitava pela gestão pública, terceiro setor e consultoria educacional (AUDINO, 2026), a SMED elaborou o Plano de Gestão 2021-2024 e iniciou uma reforma curricular que ampliava a carga horária de português e matemática e reduzia a presença de componentes como artes, línguas estrangeiras e filosofia (PORTO ALEGRE, 2021; MELLO; PARES, 2021). Audino deixou o cargo em 2022 após a gestão municipal não alcançar a aplicação mínima constitucional de recursos em educação no ano anterior (EGÍDIO, 2022), em um cenário no qual setores mais conservadores da base governista também pressionavam pela implantação de escolas cívico-militares na Rede (SCHAFFNER, 2022). Em seu lugar assumiu Sônia Maria Oliveira da Rosa, que deixou a pasta em meio ao processo que posteriormente resultou na Operação Capa Dura, envolvendo investigações sobre fraudes e desvios relacionados à aquisição de materiais didáticos e equipamentos para a RMEPOA (GI, 2025; IRION; ROLLSING, 2025; KRAS, 2026).

Após a saída de Sônia, José Paulo da Rosa assumiu a SMED com uma trajetória profissional fortemente vinculada ao Sistema S (PORTO ALEGRE, 2023) e permaneceu menos de um ano no cargo, deixando a Secretaria em 2024 para assumir a reitoria da Universidade Feevale (OLIVEIRA, 2024). Em seu lugar, Mauricio Cunha conduziu temporariamente a pasta durante o período das enchentes e da recuperação da Rede. Assim, a gestão 2021-2024 encerrou-se sem produzir uma estabilidade duradoura na condução da política educacional, mas mantendo e acumulando elementos de uma racionalidade gerencialista baseada em avaliações de larga escala, discursos de inovação, presença do setor privado e reorganização do currículo. É nesse cenário de aprofundamento e rearticulação das influências gerencialistas e conservadoras que se constitui a atual gestão da SMED (2025-2026), a partir da qual passamos a analisar de forma mais detida o contexto de influência das políticas de formação continuada.

Ao final de 2024, o grupo que governava a cidade se reelegeu a partir de uma reconfiguração de sua aliança. A nova gestão manteve o prefeito ligado ao MDB, porém apresentou uma nova vice-prefeita, desta vez ligada ao Partido Liberal. Esta aliança ocorreu em uma conjuntura de fortalecimento do campo da direita, promovendo maior aproximação do governo municipal ao bolsonarismo e ao neoconservadorismo, sem diminuir o espaço do neoliberalismo. Neste cenário, a SMED foi ocupada por uma indicação vinculada à ala bolsonarista da coalizão, apresentando Leonardo Pascoal como secretário de educação (OPPITZ, 2024). Sua nomeação foi justificada também pelos resultados atribuídos à sua, defendida pela gestão como bem-sucedida, experiência enquanto prefeito de Esteio, município da Região Metropolitana de Porto Alegre (ROLLSING; EGIDIO, 2026).

Pascoal apresenta uma atuação voltada ao que as narrativas gerencialistas consideram uma gestão competente, com entrega de resultados. Conectado às redes sociais, meio pelo qual comunica grande parte das ações da secretaria, ele demonstra uma forma de condução que busca a rápida difusão de informações e a visibilidade das iniciativas. Este modelo de trabalho se conecta à busca por eficiência, inovação e resultados, reforçando uma lógica de performatividade que permeia as políticas educacionais gerencialistas (BALL, 2005). Ponto importante para a análise do contexto de influência, entretanto, é sua circulação em redes de formulação de políticas públicas e de *advocacy* institucional, especialmente *think tanks* e organizações do terceiro setor que atuam no campo educacional.

12



Figura 1 - Resposta de Pascoal a comentário em sua publicação. Fonte: (Pascoal, Perfil no Instagram de Leonardo Pascoal @leo_pascoal, 2026)

Evidências dessas relações aparecem nas próprias publicações do secretário. Em resposta a um comentário em seu perfil público de *Instagram* (figura 1), Pascoal explicita sua relação com o Movimento Profissão Docente, vinculado ao *think tank* Movimento Bem Maior. Em outras publicações, registra sua participação em eventos e encontros ligados ao Todos pela Educação, à Fundação Lucia e Pelerson Penido e ao próprio Movimento Profissão Docente, além de sua inserção no Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais (figura 2). Estas articulações evidenciam a circulação da atual gestão da SMED em redes de agentes que promovem discursos relacionados à construção de políticas educacionais baseadas em evidências, inovação, profissionalização docente, eficiência e gestão por resultados.

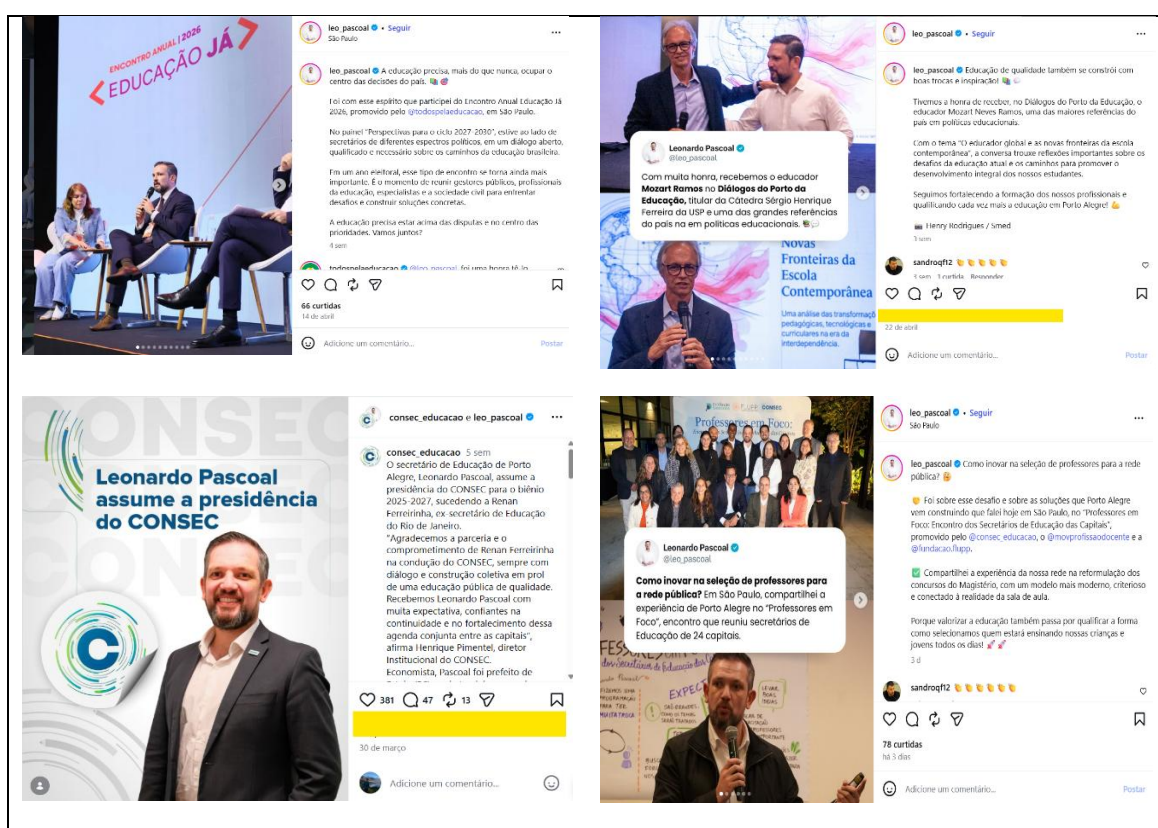


Figura 2 - Colagem de postagens relacionando Pascoal à think tanks e terceiro setor. Fonte: (PASCOAL, 2026)

O trabalho da nova SMED iniciou, desde 2025, pautado pelo Plano Estratégico Porto da Educação (PASCOAL, 2025). O documento organiza a política educacional em cinco princípios, entre os quais destacam-se a “qualidade e inovação pedagógica”, a “valorização e profissionalização dos educadores” e uma “gestão eficiente e transparente, orientada por metas

e indicadores” (PORTO ALEGRE, 2025f, p. 10). Em entrevistas, Pascoal reforça esta direção ao relacionar o aumento do IDEB à melhoria da qualidade do ensino, aos investimentos em infraestrutura, à formação continuada e à revisão do plano de carreira docente, mencionando ainda a participação de organizações parceiras na realização dos projetos da SMED (XAVIER, 2025).

O contexto de influência das políticas educacionais da atual gestão da SMED é, portanto, marcado pela continuidade e pelo aprofundamento da racionalidade gerencialista que vem se constituindo na RMEPOA, agora articulada a uma configuração de redes que reúne gestores públicos, organizações do terceiro setor, *think tanks* e movimentos de *advocacy* educacional. Nestas redes circula a racionalidade gerencial que compreende a formulação de políticas educacionais a partir de atributos mensuráveis e padronizados de eficiência, inovação, evidências, profissionalização, indicadores e resultados.

Movimentos de oposição, que defendem modelos de educação pautados em pressupostos progressistas, críticos, autônomos e reflexivos tem buscado resistir a estes avanços sobre currículos, formação e trabalho docente (Azeredo, 2026). O terceiro setor, por meio de institutos, fundações e Organizações Não Governamentais vem ocupando cada vez mais espaço na gestão da educação pública, a partir de *lobby* e da aplicação direta de políticas por meio de acordos e da personificação dos valores gerenciais em determinados gestores.

14

A formação continuada ocupa um lugar relevante neste projeto, aparecendo articulada à profissionalização, à melhoria dos indicadores educacionais e à valorização docente. Cabe, portanto, avançar do contexto de influência para o contexto de produção de textos, buscando compreender como estas concepções são apresentas nos textos das políticas de formação continuada produzidas pela atual gestão da SMED.,

Contexto da produção de textos

Na atual gestão municipal, iniciada em 2025, percebemos um aprofundamento dos esforços da SMED na estruturação de uma política de formação continuada para a RMEPOA. Diferentemente do período anterior, no qual não identificamos políticas estruturadas e permanentes de formação com abrangência para o conjunto dos profissionais da Rede (AGUIAR; BERWANGER, 2023), a atual gestão vem colocando a formação continuada como um dos eixos de sua política educacional.

Este movimento se materializa em diferentes textos políticos, entre decretos, leis, projetos de lei e documentos de planejamento que pretendem consolidar o projeto além do ponto de vista político, também no aspecto jurídico. Entre 2016 e 2024, houve uma dispersão das responsabilidades sobre as ações formativas em direção às escolas e aos próprios professores, sem a constituição de estruturas permanentes ou programas abrangentes voltados à qualificação docente (AGUIAR, 2019). Desde 2025, entretanto, este cenário começa a ser modificado.

Dentre as políticas produzidas no período, três iniciativas permitem analisar de forma direta esta reconfiguração da formação continuada: a instituição da Gratificação de Valorização Profissional e Melhoria da Educação (GEDUC), a criação da Escola de Formação Continuada da Educação (EFCE) e o lançamento do Programa Municipal de Bolsas de Formação Continuada da Educação (PROFORCE). Analisadas em conjunto, essas ações evidenciam a retomada de investimentos e estruturas institucionais voltadas à formação, mas também permitem identificar como concepções de profissionalização, desempenho, evidências, metas e resultados são incorporadas aos textos produzidos pela gestão 2025-2026.

O primeiro produto textual das políticas de formação continuada do período Pascoal na SMED deu-se logo no início de 2025. O Programa Alfabetiza+POA, instituído em 2025, estabeleceu a formação continuada como um de seus eixos e instituiu uma Bolsa de Aperfeiçoamento para docentes, supervisores e coordenadores participantes. A manutenção do benefício foi condicionada, entre outros critérios, à participação nas atividades formativas, ao planejamento coletivo e à frequência mínima de 90%, vinculando a formação às metas de alfabetização perseguidas pelo programa (PORTO ALEGRE, 2025a; 2025d). A formação continuada, portanto, começa a aparecer nos textos da atual gestão não apenas como espaço de qualificação, mas também associada a mecanismos de indução e incentivo financeiro. Esta lógica ganha maior abrangência e sistematização com a criação da GEDUC.

Apresentada enquanto projeto de lei do executivo em 2025 e posteriormente sancionada na forma da Lei Municipal 14.300 de 6 de agosto de 2025, a GEDUC cria um acréscimo financeiro destinado aos servidores da educação municipal com o objetivo declarado de “incentivar a atuação qualificada dos servidores e a melhoria contínua dos indicadores educacionais” (PORTO ALEGRE, 2025e, p. 1). Entre os requisitos impostos para receber o valor ao final do mês estão: a participação em ações de formação continuada; o cumprimento de metas; e a contribuição para a melhoria dos indicadores educacionais da escola de lotação do professor. O

texto da lei é explícito em relação aos critérios para fazer jus à gratificação: para os servidores lotados nas unidades escolares, 50% da composição da parcela mensal é vinculada aos resultados de aprendizagem da escola; 20% à participação em ações de formação continuada; 20% ao cumprimento de obrigações funcionais; e 10% ao cumprimento integral da jornada de trabalho (PORTO ALEGRE, 2026a). Os resultados de aprendizagem, por sua vez, são aferidos pelo Sistema de Avaliação Municipal da Educação Básica de Porto Alegre (SAMEB-POA) (PORTO ALEGRE, 2025b).

A disposição desses critérios no mesmo mecanismo de remuneração aproxima dimensões até então distintas da política educacional: formação continuada, frequência funcional e desempenho dos estudantes. Dessa forma a GEDUC converte estas dimensões em componentes quantificáveis dentro da política de remuneração do magistério.

A formação passa, assim, a ocupar uma posição distinta daquela tradicionalmente assumida nos mecanismos de valorização da carreira. O próprio Decreto nº 23.618/2026 estabelece uma meta mínima mensal de formação, determina quais ações podem ser reconhecidas pela SMED e prevê a perda integral dos valores correspondentes ao professor quando a meta não é alcançada ou quando o servidor deixa de comparecer a uma formação para a qual tenha sido formalmente convocado. O controle e a validação das horas realizadas é também tarefa centralizada sob a responsabilidade da secretaria.

16

A relação entre formação e valorização profissional, entretanto, não é inédita na carreira municipal. O plano de carreira, mesmo que modificado em gestões anteriores (AGUIAR, 2019), já considera a participação em cursos, eventos acadêmicos e outras atividades formativas entre os critérios de merecimento para progressão funcional. Entretanto, diante da defasagem das progressões funcionais, cujo último avanço realizado em 2023 ainda correspondia ao triênio 2014–2016 (PORTO ALEGRE, 2026b) a GEDUC passa a constituir uma forma mais imediata de vinculação entre formação e ganho financeiro. Porém, enquanto a progressão funcional incorpora o avanço à trajetória profissional do servidor, e torna-se um item dos vencimentos regulares, a GEDUC possui caráter variável e condiciona parte da remuneração ao cumprimento recorrente de critérios definidos pela administração. Ela demanda o esforço permanente dos profissionais a fim de atingir seus parâmetros. Em caso de uma eventualidade que possa ocorrer no cotidiano laboral, perde-se uma fatia considerável de sua remuneração.

Dessa maneira, a formação continuada passa a integrar um dispositivo de valorização que combina incentivo financeiro à responsabilização.

Além da GEDUC, a formação continuada de professores e professoras da RMEPOA recebeu atenção da SMED com a criação da Escola de Formação Continuada da Educação (EFCE). A iniciativa representa uma mudança em relação à dispersão das responsabilidades formativas observada em períodos anteriores, na medida em que a SMED passou assim a possuir uma estrutura própria para coordenar a formação dos professores. Segundo o decreto nº 23.590/2025, a EFCE tem como objetivos: promover a formação e a valorização dos profissionais da Rede; fomentar a pesquisa aplicada a inovação pedagógica e o intercâmbio de experiências; fortalecer a gestão; e apoiar a implementação de políticas públicas de educação “com base em evidências” (PORTO ALEGRE, 2025b, p. 2).

O texto da política apresenta um movimento de recentralização e institucionalização da formação continuada da rede. A secretaria passa a dispor de um espaço físico próprio, uma unidade administrativa responsável pela coordenação das formações com professores da própria RMEPOA atuando como formadores, sob processos seletivos internos, e uma rotina sistemática de encontros (Porto Alegre, 2025c). Esta institucionalidade também se articula ao projeto estratégico da gestão e a um vocabulário que já havia salientamos no contexto de influência com termos como: inovação, evidências, profissionalização e melhoria dos resultados educacionais.

A criação da EFCE nos permite perceber o fluxo da política entre os contextos de influência e de produção de textos. No evento de lançamento da escola estava presente José Paulo da Rosa, ex-secretário municipal de Educação e então reitor da Universidade Feevale, que afirmou que o projeto havia iniciado durante sua passagem pela SMED e colocou a instituição à disposição para oferecer “soluções e opções de formações” (FEEVALE, 2026). A circulação do mesmo ator entre a gestão pública e uma instituição privada de ensino superior é uma evidência de como os agentes que influenciam as políticas educacionais, podem participar de outros contextos do ciclo. Uma leitura linear da produção de políticas não poderia demonstrar como as relações entre contexto de influência e de produção de textos são interdependentes e se conectam em muitos pontos.

Outra medida que amplia a nova configuração das políticas de formação continuada da rede é o PROFORCE, apresentado por meio do Projeto de Lei nº 16 de 2026 (Porto Alegre, 2026c). O programa prevê apoio financeiro para servidores da RMEPOA que desejem cursar

graduação, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado e outras modalidades de estudos relacionados ao campo profissional. Trata-se, textualmente, de uma iniciativa relevante de investimento público na qualificação acadêmica dos trabalhadores da Rede. Ao mesmo tempo, o texto condiciona o acesso ao financiamento à pertinência do curso em relação às prioridades da política educacional municipal, ao desempenho funcional e ao histórico de participação em formações. Entre as contrapartidas previstas estão o desenvolvimento de projetos aplicados à rede, a atuação como multiplicador em formações da SMED e a produção de relatórios ou materiais de interesse da gestão.

Também no PROFORCE a valorização e a formação aparecem articuladas à indução de determinados percursos profissionais. O texto da política possibilita vislumbrar possibilidades de qualificação pelo meio acadêmico, mas ao mesmo tempo direciona estas possibilidades às áreas consideradas estratégicas pela gestão. Dessa maneira, desenvolvimento profissional e objetivos institucionais passam a ocupar o mesmo espaço no texto da política.

A possibilidade da bolsa constitui uma parte do sistema no qual a própria SMED define prioridades, seleciona os projetos beneficiados e demanda as contrapartidas. Assim, ela procura fazer retornar à rede os investimentos realizados no sentido de potencializar os resultados por meio do direcionamento de recursos à projetos de pesquisa selecionados por sua conexão com os objetivos da secretaria. Devido a recente promulgação do PROFORCE ainda não temos dados sobre: quantos projetos foram contemplados; se há uma prevalência em relação à temáticas, níveis de ensino, ou modelos de projetos; ou se algum projeto retornou de fato em forma de devolutivas à rede.

Em conjunto, GEDUC, EFCE e PROFORCE demonstram a mudança de concepção das políticas de formação continuada da RMEPOA. Após um período caracterizado pela dispersão das responsabilidades formativas e pela ausência de estruturas permanentes com abrangência para o conjunto da Rede, a atual gestão enfoca a formação continuada, criando espaços próprios, programas, incentivos financeiros e possibilidades de qualificação acadêmica. Esta retomada, entretanto, também amplia a capacidade da Secretaria de induzir os percursos formativos considerados desejáveis: a SMED passa a oferecer formações, reconhecer quais atividades são válidas, estabelecer metas de participação, selecionar prioridades para financiamento e vincular parte desses processos à remuneração e aos indicadores educacionais.

Nesse cenário, identificamos a passagem de uma lógica de dispersão gerencialista da responsabilidade pela formação para uma recentralização gerencialista da formação continuada. A gestão Pascoal reassume a responsabilidade institucional pela oferta e pelo financiamento de processos formativos, mas o faz ampliando, simultaneamente, sua capacidade de regular os conteúdos, as prioridades, a frequência e as contrapartidas associadas à participação dos professores. A formação continuada passa à ser prioridade da política educacional da RMEPOA, mas reconfigurada sob mecanismos mais sistemáticos de profissionalização, indução e mensuração.

É nessa articulação que os contextos de influência e de produção de textos se encontram. As ideias que circulam nas redes de agentes que influenciam a atual gestão não aparecem simplesmente reproduzidas nos textos oficiais, mas são contextualizadas e adaptadas em dispositivos concretos de formação, responsabilização, monitoramento e intensificação do trabalho docente. A importância de compreender estas redes de agentes influenciados, portanto, não se manifesta mais na dispersão ou ausência da formação continuada. A atual política combina investimento público em qualificação profissional com mecanismos gerenciais de responsabilização, profissionalização e intensificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as análises desenvolvidas nos permitem compreender que a atual política de formação continuada da RMEPOA vem sendo reconstruída a partir de uma articulação entre as redes de influência e a produção de novos textos normativos e programáticos. No contexto de influência, identificamos a presença de atores públicos, organizações do terceiro setor, *think tanks* e movimentos de *advocacy* que difundem concepções de de formação continuada relacionadas à busca por eficiência, inovação, construção de evidências de processos, profissionalização docente e atingimento de resultados em avaliações padronizadas.

No contexto de produção de textos, estas concepções aparecem recontextualizadas em políticas como a GEDUC, a EFCE e o PROFORCE. Ao mesmo tempo em que estas iniciativas representam uma retomada das atenções e dos investimentos na formação continuada da rede, também permitem à SMED definir os percursos formativos prioritários, centralizar as iniciativas de formação continuada, definir os temas prioritários e vincular parte da valorização

profissional ao cumprimento de metas e indicadores. Neste sentido, a atual gestão assume seu papel enquanto mantenedora, porém dentro de uma racionalidade gerencialista.

A análise também evidencia que os contextos de influência e de produção de textos não podem ser compreendidos de maneira linear ou isolada. As ideias que circulam entre os agentes que disputam as políticas não são simplesmente reproduzidas nos documentos oficiais, mas negociadas, selecionadas e recontextualizadas em textos.

A formação continuada volta, portanto, a ocupar um lugar central na política educacional da RMEPOA, mas como uma nova forma de regulação do trabalho docente. Por se tratar de políticas recentes, este estudo não buscou analisar seus efeitos nem as formas como são interpretadas, traduzidas ou contestadas no cotidiano das escolas. Estudos futuros podem avançar com os contextos da prática, dos efeitos e das estratégias, para buscar compreender como professores e professoras atuam estas políticas e que alternativas constroem diante das novas formas de organização da formação continuada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Filipe Ribas de. **Políticas educacionais na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre: impactos sobre o trabalho docente na gestão 2017-2020**. 2019. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

20

AGUIAR, Filipe Ribas de; BERWANGER, Carlos Eduardo. Impactos das políticas educacionais neoliberais sobre a Educação Física escolar da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. **Revista Didática Sistemica**, Rio Grande, v. 24, n. 2, p. 38-57, 2023. DOI: 10.14295/rds.v24i2.14426.

AGUIAR, Filipe Ribas de; SANTOS, Graziella Souza dos. Reorientações gerencialistas das políticas educacionais: impactos na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 12, n. 1, p. 73-92, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/87812>. Acesso em: 7 set. 2026.

APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva, Tina Amado e Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

AUDINO, Janaína. Perfil de Janaína Audino. **LinkedIn**, 2026. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/janainaaudino>. Acesso em: 7 set. 2026.

AZEREDO, Lucas. “Ou anda conforme a gente quer ou não vai ficar”: ex-diretora relata pressões da Smed. **Sul21**, Porto Alegre, 21 jan. 2026. Disponível em:

<https://sul21.com.br/noticias/educacao/2026/01/ou-anda-conforme-a-gente-quer-ou-nao-vai-ficar-ex-diretora-relata-pressoes-da-smed/>. Acesso em: 7 set. 2026.

AZEVEDO, José Clóvis de. **Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã**. Porto Alegre: Sulina; Editora Universitária Metodista, 2007.

AZEVEDO, José Clóvis de. A democratização da educação e os desafios da inclusão com qualidade. In: RODRIGUES, C. C.; AZEVEDO, J. C.; POLIDORI, M. M. **Os desafios na escola: olhares diversos sobre questões cotidianas**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 27-53.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21-53.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. **The managerial state: power, politics and ideology in the remaking of social welfare**. London: Sage Publications, 1997.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 66-73, 2018. DOI: 10.15448/1981-2582.2018.1.29528.

DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna; RIBAS DE AGUIAR, Filipe. Gerencialismo e resistências: experiências de professoras mulheres da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 50, n. 2, p. 571-587, 2025. DOI: 10.5216/ia.v50i2.83083.

EGÍDIO, Paulo. Prefeitura de Porto Alegre não aplicou recurso mínimo obrigatório em educação em 2021. **GZH**, Porto Alegre, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2022/01/prefeitura-de-porto-alegre-nao-aplicou-recurso-minimo-obrigatorio-em-educacao-em-2021-ckyvvz57za005do15pdrtiojco.html>. Acesso em: 7 set. 2026.

FARFÁN, Víctor Manuel Figueroa; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Carreiras docentes, neoliberalismo e a Nova Gestão Pública na América Latina. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 14, n. 36, p. 984-1005, 2023. DOI: 10.58422/repesq.2022.e1392.

FEEVALE. Porto Alegre realiza entrega da Escola de Formação Continuada da Educação. **Universidade Feevale**, Novo Hamburgo, 5 fev. 2026. Disponível em:

<https://www.feevale.br/acontece/noticias/porto-alegre-realiza-entrega-da-escola-de-formacao-continuada-da-educacao>. Acesso em: 7 set. 2026.

FRAGA, Alex. **Relatório sobre as condições precárias nas escolas municipais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2018. 42 p.

G1. Ex-secretária, ex-veredores e mais 21 são indiciados por fraude na Educação em Porto Alegre. **G1**, Porto Alegre, 8 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/05/08/ex-secretaria-ex-veredores-e-mais-21-sao-indiciados-por-fraude-na-educacao-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 7 set. 2026.

GANDIN, Luís Armando; APPLE, Michael W. Mantendo transformações vivas: aprendendo com o “Sul”. In: APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis: Vozes, 2017. p. 161-210.

GONZATTO, Marcelo. MBL elege três vereadores para a Câmara de Porto Alegre. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 5 out. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2zqdJWO>. Acesso em: 7 set. 2026.

IRION, Adriana; ROLLSING, Carlos. Polícia indícia ex-secretária, dois ex-veredores e mais 21 por fraude na Educação em Porto Alegre. **GZH**, Porto Alegre, 8 maio 2025. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/grupo-de-investigacao/noticia/2025/05/policia-indicia-ex-secretaria-dois-ex-veredores-e-mais-21-por-fraude-na-educacao-em-porto-alegre-cmaffax8yorklo14umc725joy.html>. Acesso em: 7 set. 2026.

KRAS, Lucas. Polícia Civil indícia 34 pessoas por fraude na Secretaria de Educação de Porto Alegre. **Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 20 fev. 2026. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/policia-civil-indicia-34-pessoas-por-fraude-na-secretaria-de-educacao-de-porto-alegre>. Acesso em: 7 set. 2026.

LAMAS, João Pedro; BARTZ, Lucas. Ex-secretária de Educação e outras 3 pessoas são presas por suspeita de corrupção na compra de material escolar em Porto Alegre. **G1**, Porto Alegre, 23 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/01/23/ex-secretaria-de-educacao-e-outras-3-pessoas-sao-presas-por-suspeita-de-corrupcao-na-compra-de-material-escolar-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 7 set. 2026.

LIMA, Iana Gomes de. **A adoção de “programas de intervenção pedagógica” e as novas dinâmicas no trabalho docente: uma análise a partir de três escolas estaduais do Rio Grande do Sul**. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J.;

MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.

MELLO, Marco; PARES, André (org.). **Fica Filosofia! Pela permanência da disciplina nas escolas públicas de Porto Alegre**. Porto Alegre: ATEMPA; Coletivo de Professoras e Professores de Filosofia da RME de Porto Alegre; Seção Sindical do ANDES/UFRGS, 2021.

MOREIRA, Simone Costa. **Efeito do território periférico no trabalho escolar: análise de duas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre**. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **1º Congresso Nacional: propostas de políticas públicas aprovadas**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2HN9mxM>. Acesso em: 7 set. 2026.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul./set. 2015. DOI: 10.1590/ES0101-73302015152440.

OLIVEIRA, Rosane de. Secretário de Educação de Porto Alegre deixa o cargo no dia 20. **GZH**, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2024/05/secretario-de-educacao-de-porto-alegre-deixa-o-cargo-no-dia-20-clw5nel7dooceo1486q7xkogr.html>. Acesso em: 7 set. 2026.

OPPITZ, Taline. “A educação não é monopólio da pedagogia”, diz futuro secretário de Educação de Porto Alegre. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/colunistas/taline-oppitz/a-educacao-nao-e-monopolio-da-pedagogia-diz-futuro-secretario-de-educacao-de-porto-alegre-1.1553614>. Acesso em: 7 set. 2026.

PASCOAL, Leonardo. Artigo: Porto da Educação: compromisso com todos. **Prefeitura de Porto Alegre**, Porto Alegre, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/artigo-porto-da-educacao-compromisso-com-todos>. Acesso em: 7 set. 2026.

PASCOAL, Leonardo. Perfil no Instagram de Leonardo Pascoal (@leo_pascoal). **Instagram**, 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/leo_pascoal/. Acesso em: 7 set. 2026.

PEREIRA, Rodrigo da Silva; MARQUES, Luciana Rosa; LIMA, Iana Gomes de. Do programa de classe ao cotidiano escolar: neoliberalismo, gerencialismo e Nova Gestão Pública na educação. **Revista Cocar**, Belém, n. 43, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/10924>. Acesso em: 7 set. 2026.

Fontes de Porto Alegre — padronizadas

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Gestão 2021-2024**. Porto Alegre, 2021. Disponível em:

https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/noticias/2021/06/11/PLANO%20DE%20oGEST%C3%83O%20SMED%20-%202021-2024%20.pdf. Acesso em: 7 set. 2026.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. José Paulo da Rosa será o novo secretário municipal de Educação. Porto Alegre, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/jose-paulo-da-rosa-sera-o-novo-secretario-municipal-de-educacao>. Acesso em: 7 set. 2026.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº 23.319, de 5 de junho de 2025**. Regulamenta a concessão da Bolsa de Aperfeiçoamento prevista no inc. VI do art. 4º da Lei nº 14.225, de 6 de maio de 2025, que institui o Programa Alfabetiza+POA no âmbito da Rede Municipal de Educação. Porto Alegre, 2025a.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº 23.590, de 22 de dezembro de 2025**. Institui a Escola de Formação Continuada da Educação (EFCE), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Porto Alegre, e dá outras providências. Porto Alegre, 2025b.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. Inscrições na seleção de professores para a Escola de Formação Continuada da Educação terminam sexta. Porto Alegre, 28 out. 2025c. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/inscricoes-na-selecao-de-professores-para-escola-de-formacao-continuada-da-educacao>. Acesso em: 7 set. 2026.

PORTO ALEGRE. **Lei nº 14.225, de 6 de maio de 2025**. Institui o Programa Alfabetiza+POA no âmbito da Rede Municipal de Educação. Porto Alegre, 2025d.

PORTO ALEGRE. **Lei nº 14.300, de 6 de agosto de 2025**. Institui a Gratificação de Valorização Profissional e Melhoria da Educação (GEDUC) no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SMED). Porto Alegre, 2025e.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria Pedagógica. **Projeto Político-Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação**. Porto Alegre, 2025f.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº 23.618, de 16 de janeiro de 2026**. Regulamenta a Gratificação de Valorização Profissional e Melhoria da Educação (GEDUC), instituída pela Lei nº 14.300, de 6 de agosto de 2025. Porto Alegre, 2026a.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio. Progressão funcional. Porto Alegre, 2026b. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smap/progressao-funcional-o>. Acesso em: 7 set. 2026.

PORTO ALEGRE. **Projeto de Lei do Executivo nº 016/26, de 24 de abril de 2026**. Institui o Programa Municipal de Bolsas de Formação Continuada da Educação (PROFORCE). Porto Alegre, 2026c.

Continuação

REINHOLZ, Fabiana; BRANDES, Marcela. Comunidade escolar se une em Porto Alegre contra municipalização e fechamento de turmas. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 30 out. 2025.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/10/30/comunidade-escolar-se-une-em-porto-alegre-contramunicipalizacao-e-fechamento-de-turmas/>. Acesso em: 7 set. 2026.

ROLLSING, Carlos; EGÍDIO, Paulo. Prefeito de Esteio será secretário da Educação de Porto Alegre. **GZH**, Porto Alegre, 17 nov. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2024/11/prefeito-de-esteio-sera-secretario-da-educacao-de-porto-alegre-cm3m2ih9iodjoiedhjvjk2o.html>. Acesso em: 7 set. 2026.

SANTOS, Graziella Souza dos; MOREIRA, Simone Costa; GANDIN, Luís Armando. Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre: resistências e lutas por justiça social e curricular. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 866-888, 2020. DOI: 10.23925/1809-3876.2020v18i2p866-888.

SCHAFFNER, Fábio. Melo demite secretária municipal de Educação. **GZH**, Porto Alegre, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2022/02/melo-demite-secretaria-municipal-de-educacao-ckzx7b32y0o1s017ppuoa4li8.html>. Acesso em: 7 set. 2026.

SPERB, Paula. ‘Situação de Porto Alegre é bem pior do que se poderia imaginar’. **Veja**, Porto Alegre, 18 ago. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/rio-grande-do-sul/situacao-de-porto-alegre-e-bem-pior-do-que-se-poderia-imaginar/>. Acesso em: 7 set. 2026.

XAVIER, Andressa. Plano de carreira do magistério, reformas e mais: como Porto Alegre pretende zerar fila da Educação Infantil e melhorar desempenho escolar. **GZH**, Porto Alegre, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/andressa-xavier/noticia/2025/02/plano-de-carreira-do-magisterio-reformas-e-mais-como-porto-alegre-pretende-zerar-fila-da-educacao-infantil-e-melhorar-desempenho-escolar-cm7anfi7koo9go15oz3p9kows.html>. Acesso em: 7 set. 2026.